INSERÇÃO INTERNACIONAL DO AGRO BRASILEIRO

CICERO ZANETTI DE LIMA*

Entre 2000 e 2010, a participação do Brasil em volume mundialmente exportado cresceu a incríveis 4,2% a.a. e em valor a 5,7% a.a. Já entre 2011 e 2022, o crescimento da participação em volume recuou para 2,4% a.a., enquanto, em valor, ficou estável a 0,1% a.a. Em outras palavras, a manutenção da inserção internacional do agronegócio deu-se muito mais pela sua capacidade de produção e intensificação do que por condições externas de demanda ou aumento dos preços.

HISTORICAMENTE, O Brasil é um exportador líquido de produtos agrícolas, ou seja, vende mais alimentos e insumos para o resto do mundo do que os compra de fora. Essas informações estão disponíveis em bases de dados nacionais e internacionais, como, por exemplo, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês). Os dados mostram pelo menos três períodos bastante representativos para a produção agrícola brasileira e a sua inserção internacional.

UMA HISTÓRIA EM TRÊS PERÍODOS

Primeiro, a Revolução Verde, entre as décadas de 1960 e 1970, impulsionou a participação do Brasil tanto em volume, quanto em valor, das exportações mundiais de alimentos. O período foi marcado pelo avanço genético em diversas áreas do conhecimento, bem como pelo crescimento vigoroso da população mundial, o que sustentou a alta no preço dos alimentos durante o período. Entretanto, a inserção internacional do Brasil desacelerou com a instabilidade política e econômica do País entre 1980 e 1994. Nesse período, a participação do País no cenário de comércio internacional recuou para próximo de 3% – tanto em volume, quanto em valor das exportações.

Segundo, a estabilidade monetária em meados da década de 1990, associada à maior abertura comercial que provocou diversificação de produtos e mercados importadores, formou a base estrutural para o crescimento que viria no período seguinte. A década de 2000 foi marcada pela maior demanda do continente asiático, o que elevou o preço internacional de grãos, oleaginosas e carnes e alavancou as exportações de alimentos – o *boom* das *commodities*. Esses fatores impulsionaram novamente a participação do Brasil nas exportações mundiais. A participação saltou de 3% para 6%, em valor, e para mais de 8%, em volume, em cerca de vinte anos.

Entre 2000 e 2010, a participação do Brasil em volume mundialmente exportado cresceu a incríveis 4,2% a.a. e em valor a 5,7% a.a. Esse feito impressionante é diferente, estruturalmente, dos valores observados entre 1960 e 1970, pois o Brasil consolidou-se como o principal produtor e/ou exportador mundial de diversas *commodities*, como soja, algodão, milho, café, suco de laranja e carnes bovina, suína e de frango.

"A década de 2000 foi marcada pela maior demanda do continente asiático, o que elevou o preço internacional de grãos, oleaginosas e carnes e alavancou as exportações de alimentos – o *boom* das *commodities*."

Terceiro, a despeito da desaceleração global dos preços dos alimentos entre 2011 e 2022, o Brasil ultrapassou 10% de participação em volume total das exportações de produtos agrícolas. Naturalmente, a queda dos preços reduziu a participação em valor para cerca de 5%. A dinâmica desse período é completamente diferente do período de *boom* das *commodities*. O crescimento da participação em volume recuou para 2,4% a.a., enquanto, em valor, ficou estável a 0,1% a.a., ou seja, a manutenção da inserção internacional do agronegócio deu-se muito mais pela sua capacidade de produção e intensificação do que por condições externas de demanda ou aumento dos preços.

O HOJE E O AMANHÃ

Recentemente, o período marcado pela pandemia de COVID-19 e pela instabilidade de diversas cadeias de produção devido às guerras – isto é, entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e o Hamas – provocou uma escalada nos preços dos alimentos. O Food Price Index (FPI – índice de preços dos alimentos da FAO) retornou, em apenas três anos, aos patamares de 2011, interrompendo uma sequência de quase uma década de queda nos preços (*vide* gráfico).

O contexto histórico da inserção internacional do agronegócio brasileiro é fundamental para a compreensão atual dos mercados de alimentos e insumos agrícolas. Por exemplo, a Rússia e a Ucrânia, concorrentes em diversas cadeias do agronegócio, mesmo sob conflito armado, apresentam um

crescimento mais acelerado das suas exportações em volume no período de 2011 a 2022 – 3,5% e 4,0% a.a. respectivamente.

A China, por sua vez, projeta, por meio do seu "2023-2032 China Agricultural Outlook Report", uma redução da importação de soja saindo dos atuais 93,0 milhões de toneladas para 86,5 milhões e 83,5 milhões de toneladas até 2027 e 2032, respectivamente, o que representa uma redução de 13% das importações. Mesmo com essa redução, a soja ainda será o principal grão importado pela China, sendo o Brasil e os Estados Unidos as principais fontes de importação. Por outro lado, esses números mostram que a dinâmica de inserção do agronegócio brasileiro deve se alterar nas próximas décadas.

NORMAS E REGULAMENTAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS

A agenda para a manutenção da inserção internacional do agronegócio passa pelo olhar estratégico para 2030, 2040 e 2050. Os acordos preferenciais de comércio – que permitem aos países participantes estabelecerem entre si barreiras comerciais menos elevadas do que as aplicadas para as outras nações que não fazem parte do acordo – são formas de garantir acesso a novos mercados e amplificar a inserção internacional do Brasil. Diversos acordos comerciais estratégicos parecem estar adormecidos desde 2019 – como MERCOSUL-União Europeia, Reino Unido, Canadá, entre outros.

A produção de alimentos, o meio ambiente e as emissões de gases do efeito estufa (GEE) têm alimentado a escalada de normas e regulamentações internacionais em diferentes mercados. Estas podem se tornar barreiras técnicas de acesso a novos mercados. Uma barreira técnica é a utilização de normas ou regulamentos não embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação de conformidade não transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas. A aplicação da regulamentação é obrigatória, enquanto, para a norma, não há obrigação. Dois exemplos de regulamentação que afetam diretamente o Brasil são o Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) e a Deforestation Regulation, ambos da União Europeia, que têm impacto direto sobre o comércio de ferro, aço, alumínio e fertilizantes, além de alimentos de origens vegetal e animal.

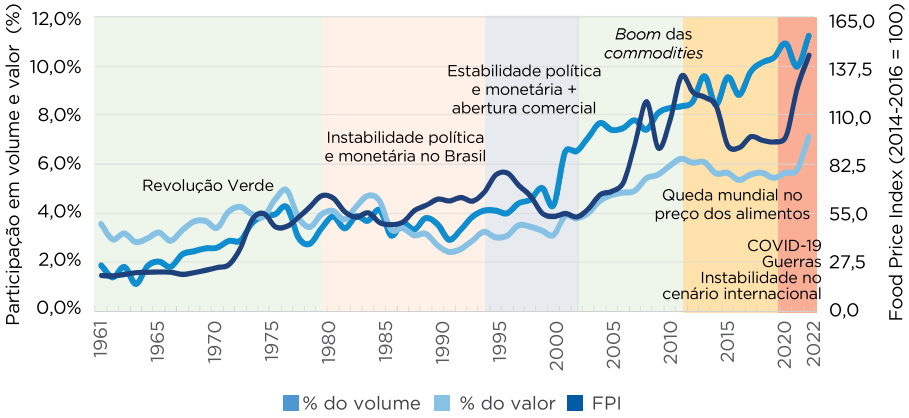
"Os acordos preferenciais de comércio (...) são formas de garantir acesso a novos mercados e amplificar a inserção internacional do Brasil. Diversos acordos comerciais estratégicos parecem estar adormecidos desde 2019..."

Ao mesmo tempo, medidas internas são fundamentais para garantir redução de custos e aumentar a competitividade do setor. Por exemplo, o Plano Nacional de Logística (PNL), se entregue como previsto até 2035, será um grande avanço para o escoamento da produção de alimentos e insumos agrícolas. Isso vale, também, para a ampliação dos recursos de implementação de tecnologias de produção de baixo carbono, pois, tanto intensifica a produção agropecuária, quanto reduz a pegada de emissões de GEE da produção – tema central em negociações internacionais para manutenção e abertura de novos mercados.

Esses pontos internos e externos, entre outros, devem fazer parte de um grupo de discussão permanente com olhar estratégico para a produção de alimentos e insumos agropecuários até meados do século. O efeito combinado desses diversos pontos é o que determina a estratégia de cada país para a manutenção e a abertura de novos mercados. ■

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO TOTAL MUNDIAL DAS EXPORTAÇÕES (VOLUME E VALOR) E FOOD PRICE INDEX DA FAO (VALOR NOMINAL)

Num período de apenas três anos, marcado pela pandemia de COVID-19 e pelas guerras entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e o Hamas, o FPI retomou os patamares de preços dos alimentos de 2011, interrompendo quase uma década de queda nessa variável.



Fonte: FAOSTAT

TAXA DE CRESCIMENTO (A.A.) DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS EM VOLUME E VALOR

Entre 2000 e 2010, o Brasil viu a sua participação no total exportado mundialmente crescer em volume a surpreendentes 4,2% a.a. e em valor a 5,7% a.a. Já entre 2011 e 2022, o crescimento da sua participação recuou em volume para 2,4% a.a. e se estabilizou em valor a 0,1% a.a.

BRASIL	Volume	Valor	FPI
1961-2022	3,0%	1,0%	2,8%
2000-2010	4,2%	5,7%	8,2%
2011-2022	2,4%	0,1%	-0,4%

Fonte: elaboração pelo autor

*Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) – cicero.lima@fgv.br